

Parlamento Europeu aprova Programa Erasmus 1º Emprego por proposta do PSD

O Parlamento Europeu aprovou por larga maioria a proposta dos Eurodeputados do PSD que visa a criação de um Programa Erasmus para o 1º Emprego, uma das propostas eleitorais do PSD nas últimas eleições europeias.

PÁG.02

EDITORIAL CARLOS COELHO

HABEMUS LISBOA

Finalmente o **Tratado de Lisboa vai entrar em vigor**, concluído o processo de ratificação na República Checa.

O PSD sublinhou a **urgência** do Tratado de Lisboa pela necessidade de agilizar os processos de decisão. Uma União a 27 não subsiste com as regras de funcionamento pensadas para apenas 6 Estados-Membros.

Ultrapassada a querela institucional, concentremo-nos agora no que **interessa aos cidadãos**: o crescimento e o emprego, a segurança e a justiça, o ambiente e a energia, o respeito pelas nossas liberdades.

Perderam todos os que, com indisfarçável alegria e algum oportunismo, se apressaram a “*enterrar*” o Tratado quando surgiram as primeiras dificuldades.

Ganharam todos os que não baixaram os braços e defenderam Lisboa. Durão Barroso é um deles: colocou o seu peso institucional na defesa do Tratado sem ter abrandado as iniciativas e o trabalho na Comissão.

Barroso tem razões para estar duplamente feliz: com o Tratado que defendeu e com um Presidente do Conselho que não belisca o seu estatuto e as suas competências.

Paulo Rangel inaugura debates mensais no PE

com o Presidente da Comissão Europeia.



PÁG.10

Parlamento Europeu aprova 2 Relatórios de Carlos Coelho

O Parlamento aprovou, em sessão plenária, dois relatórios do Deputado do PSD que chumbam a avaliação do Espaço Schengen.

PÁG.03

Alterações Climáticas: Maria da Graça Carvalho

representa Parlamento Europeu em Copenhaga.



PÁG.05

Parlamento Europeu aprova Programa Erasmus 1º Emprego

uma proposta eleitoral do PSD

O Parlamento Europeu aprovou por larga maioria em primeira leitura a proposta dos Eurodeputados do PSD que visa a criação de um Programa Erasmus para o 1º Emprego, uma das propostas eleitorais do PSD nas últimas eleições europeias.

Na votação do Orçamento Geral da UE foi aprovada uma alteração proposta pelo PSD que **integra pela primeira vez numa posição oficial do Parlamento Europeu** a proposta do PSD que prevê a criação de um **Programa Erasmus 1º Emprego**.

Depois de aprovada em 1ª leitura, esta alteração terá ainda de ser confirmada na 2ª leitura do Relatório sobre o Orçamento da Comissão que deverá ter lugar na sessão plenária de Dezembro do PE.

Durante a campanha eleitoral para as eleições ao Parlamento Europeu que tiveram lugar no passado mês de Junho, os **candidatos do PSD assumiram como prioridade lutar pela criação de um Programa semelhante ao Erasmus destinado aos jovens europeus à procura do seu 1º emprego**.

O cabeça de lista do PSD, **Paulo Rangel**, que lançou a ideia na pré-campanha eleitoral e que depois foi introduzida no manifesto eleitoral, afirma: *"Pouco tempo depois de termos apresentado a nossa proposta aos portugueses - durante a campanha eleitoral - demos agora um novo passo ao conseguirmos que o Parlamento Europeu aprovasse a ideia de criar um programa europeu para o primeiro emprego semelhante ao Erasmus e que seja destinado a todos os jovens dos 27. A ideia é em primeiro lugar alargar o conceito do Erasmus aos jovens que não têm formação superior, mas também estimular a mobilidade e a criação de*



emprego. O passo que demos esta semana ao conseguirmos que o Parlamento Europeu aprovasse a nossa proposta no âmbito do orçamento da UE para 2010, constitui uma grande vitória".

Paulo Rangel dedica esta vitória a **"todos os jovens europeus e em particular aos jovens portugueses à procura do seu primeiro emprego"**.

Foi na sequência da apresentação da proposta de criação do programa Erasmus para o primeiro emprego que **o antigo Ministro Manuel Pinho lançou a célebre controvérsia da 'papa-maizena'**. Com a **subida a Plenário da proposta do PSD subscrita pelo PPE** ficou finalmente demonstrado que se trata

de uma ideia inovadora ao nível europeu, ao contrário do que o ministro socialista Manuel Pinho e Basílio Horta então afirmaram.

José Manuel Fernandes, Relator do PPE para o Orçamento afirmou acerca do Orçamento que: *"os compromissos que assumimos com os Portugueses vão ser todos cumpridos como prova esta emenda. Esta proposta é extremamente importante para ajudar a resolver o problema do primeiro emprego para os jovens que se tem agravado com a crise económica."*

Por seu lado, a Deputada **Maria da Graça Carvalho** lembrou que *"o desemprego jovem é um problema que afecta a Europa. Em Portugal existem cerca de 100 mil jovens desempregados, dos quais 42.800 são licenciados. Propomos que o programa ERASMUS, que tão bem sucedido tem sido na promoção da mobilidade de estudantes, inclua também como objectivo a promoção do primeiro emprego"*.

Parlamento Europeu aprova 2 Relatórios de Carlos Coelho que chumbam Avaliação do Espaço Schengen

O Parlamento Europeu aprovou, em Sessão Plenária, **dois Relatórios do Deputado do PSD Carlos Coelho relativos à Avaliação do Espaço Schengen**, que **rejeitam claramente as propostas** da Comissão Europeia. **Coelho foi muito duro com a Comissão** na sua intervenção e conseguiu o apoio dos restantes Deputados para rejeitar as propostas da CE.

A **inexistência de fronteiras internas** entre os Estados-Membros (EM), obriga os EMs a confiar no controlo de fronteiras externas feito pelos outros EMs e que respeitam todas as regras de Schengen. Para tal é necessário haver um **processo de avaliação do Sistema de Informações de Schengen** que é no fundo a **“medida da segurança colectiva dos cidadãos europeus.”**

O **Deputado do PSD**, defendeu **“um mecanismo de avaliação de Schengen que melhore o sistema actualmente existente, tornando-o mais eficiente de forma a asse-**



gurar uma aplicação transparente e coerente do Acervo de Schengen” mas mostrou o seu **desagrado em relação às propostas** da Comissão para cumprir este objectivo.

Nas críticas apresentadas há a destacar o facto do PE ter um papel **“insignificante”**. Em termos de substância, **as propostas mantêm “inalteradas as regras respeitantes à primeira parte do mandato”** pois limitam-se a incorporar as recentes melhorias introduzidas no mecanismo de avaliação em vigor inserindo apenas uma nova provisão relativamente à **possibilidade de realização de visitas não anunciadas**, inovação que **Carlos Coelho aplaude**.

Segundo **Carlos Coelho**, não podemos esquecer que **“estamos a falar da segurança do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, cuja manutenção e aprofundamento é uma responsabilidade partilhada não só pela Comissão enquanto guardião dos Tratados, mas também pelos Estados-Membros que continuam a ser responsáveis pela segurança nas suas fronteiras externas, e pelo Parlamento Europeu que representa os cidadãos europeus.”** 

“Desvio de verbas” do Norte e Interior para Lisboa chega ao PE pela mão da Deputada do PSD Maria da Graça Carvalho


Na Sessão Plenária de Outubro do Parlamento Europeu (PE) a **Deputada europeia do PSD, Maria da Graça Carvalho**, aproveitou o debate inicial para **criticar o Governo português pela alteração proposta ao Fundo de Coesão, permitindo que verbas destinadas às Regiões de Convergência sejam investidas na Região de Lisboa.**

Na sua intervenção, **Graça Carvalho**, lembrou que **“as disparidades regionais continuam a ser um desafio no contexto**

de uma União Europeia alargada. É, por conseguinte, essencial que a política de coesão apoie as regiões e os Estados-Membros menos desenvolvidos.”

Maria da Graça Carvalho, ex-Ministra da Ciência que tutelou a gestão dos fundos estruturais nas áreas da Ciência, Ensino Superior e da Inovação em Portugal, **criticou a recente alteração ao Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão proposta pelo Governo Português** à Comissão Europeia. Esta alteração estabelece as excep-

ções à regra geral de elegibilidade territorial, das despesas relativas a operações com efeito de difusão e à assistência técnica, **permitindo que sejam executadas na Região de Lisboa, verbas destinadas às Regiões de Convergência (Norte, Centro, Alentejo e Açores).**

Graça Carvalho sublinhou ainda que esta alteração pode **“consubstanciar uma violação do princípio da coesão económica e social, princípio que constitui um pilar essencial do projecto europeu.”** 



Regina Bastos destaca-se na crise financeira

Deputada do PSD na liderança da bancada do PPE



A Eurodeputada do PSD Regina Bastos foi eleita para integrar a Comissão Especial sobre a crise Financeira e Económica e assumiu também a Coordenação do PPE nesta Comissão que é composta por 45 deputados do Parlamento Europeu.

Ao ser eleita como **Vice-Coordenadora do PPE**, Regina Bastos assume a responsabilidade de coordenar o trabalhos e propostas dos Eurodeputados do PPE dos 27 Estados-Membros, e apresentar as propostas finais do Partido

Popular Europeu, bem como negociar com os restantes Grupos Parlamentares a Resolução final a ser aprovada pelo Parlamento Europeu.

Para a Deputada do PSD, é um **"desafio e uma enorme responsabilidade representar Portugal e o PPE nesta Comissão Especial que tem responsabilidade de analisar a crise e avaliar as medidas levadas a cabo para evitar uma nova situação semelhante à actual."**

Regina Bastos, que integra também a Comissão de Emprego do PE, disse que nesta

"Comissão da Crise" iria prestar especial atenção **"às questões relacionadas com o tema do Desemprego que afecta actualmente cerca de 600 mil portugueses."**

Esta Comissão tem como objectivo **"analisar e avaliar a dimensão da crise, o seu impacto na UE e nos Estados-Membros. Fica também encarregue de avaliar a coordenação das acções realizadas pelos Estados-Membros para apoiar um crescimento sustentável e qualitativo e os investimentos a longo prazo."** (fonte PE).



Leite: Eurodeputada do PSD considera apoios insuficientes

e acusa Ministro da Agricultura de "falta de visão estratégica"

Na Sessão Plenária Parlamento Europeu, em Estrasburgo, foi aprovado o relatório que prevê a alteração ao regime do resgate de quotas para integração na reserva nacional e a alteração ao art. 186. que permitirá à OCM Leite usufruir de medidas de urgência para combater a crise no sector.

A Eurodeputada do PSD Patrão Neves considera **insuficientes as medidas anunciadas pela Comissária Fischer Boel**, à saída da reunião do Conselho de Ministros de agricultura, no Luxemburgo e na Comissão de agricultura em Estrasburgo (dia 19 Out). O pacote, ainda a ser aprovado pelo Conselho Ecofin, no dia 19 de Novembro, está orçado em **280 milhões** e será entregue em forma de envelope financeiro aos EMs, com base na produção e quotas anuais. De acordo com os cálculos, **Portugal receberia um envelope financeiro de 6 a 7 milhões de Euros para combater a quebra** de preços na produção

que é mais do que 50 por cento em relação aos preços de 2007-2008. **A Eurodeputada considera que 0,003 euro por litro de leite produzido em Portugal** (cálculos apresentados pelos produtores) **"é escasso para um problema que tem já bastantes meses, sobretudo se o Ministro da agricultura utilizar este dinheiro para reformas antecipadas, como já anunciou."**

A parlamentar defende que **"tão ou mais importante que reformar antecipadamente os produtores, é assegurar as condições de solvabilidade daqueles que querem continuar a produzir."** Para o Ministro **"esta foi mais uma vitória, à semelhança de outras a que já assistimos no passado, quando se olharmos para os montantes em questão e sobretudo o destino a dar-lhes, rapidamente concluímos que a este Ministro falta uma visão estratégica para o sector leiteiro e para a agricultura portuguesa em geral."**

Segundo **Patrão Neves**, **"Importa que o novo ministro perceba que uma das medidas fundamentais para salvar o sector nacional é a criação de uma linha de en-dividamento a médio e longo prazo, de modo a permitir que a maioria dos produtores que estão em pré-falência possam renegociar as dívidas com a banca."**

Por último e coincidindo **com a emenda apresentada, sobre ajudas de Estado, pela Deputada do PSD**, na última sessão plenária de Estrasburgo, **a Comissão anunciou ontem que até ao final deste mês o limite máximo das ajudas de Estado para a agricultura vai ser aumentado até 15.000 euros.** Depois dependerá do orçamento nacional de cada E.M. e aqui mais uma vez se espera que o Governo português considere esta como uma situação suficientemente grave e que desbloqueie a verba para auxiliar os produtores de Leite.

Alterações Climáticas: Maria da Graça Carvalho rumo a Copenhaga

Eurodeputada representa PE na Cimeira Climática e defende financiamento internacional aos Países em Desenvolvimento



Maria da Graça Carvalho foi escolhida pelo Partido Popular Europeu para integrar a Delegação do Parlamento Europeu que participará na Cimeira de Copenhaga em Dezembro.

Na Sessão Plenária do Parlamento Europeu, **Maria da Graça Carvalho**, participou no debate que teve lugar sobre a **"Ajuda aos países em desenvolvimento na luta contra as alterações climáticas"** onde destacou a necessidade de um **financiamento público internacional adicional à Ajuda Pública ao Desenvolvimento como condição para se conseguir um acordo.**

Com o aproximar da Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas em Copenhaga, a questão do **financiamento internacional é decisiva** para que seja alcançado um acordo global ambicioso em Dezembro. Até 2020, prevê-se que **os países em desenvolvimento tenham de suportar um custo anual de 100 mil milhões de euros** para reduzirem as emissões de gases com efeito de estufa e se adaptarem ao impacto climático.


A Deputada do PSD, lembrou na sua intervenção que, a **União Europeia** *"deverá continuar a assumir um papel de liderança nas negociações internacionais no sentido de alcançar um acordo ambicioso em Copenhaga."*

Para **Maria da Graça Carvalho**, o acordo deverá basear-se no princípio de uma **"responsabilidade comum, mas diferenciada"**. Este princípio deve **ser igualmente aplicado aos países em desenvolvimento** que, por *"se encontrarem em estádios e circunstâncias diferentes, requerem medidas diferenciadas adaptadas à situação de cada um."*

Na sua opinião, todos os países em desenvolvimento, à excepção dos países menos avançados, devem **"adoptar estratégias**

nacionais de desenvolvimento de baixo teor em carbono."

Segundo a Deputada, os **países em desenvolvimento** serão *"confrontados com custos da ordem dos 100 mil milhões de euros para atenuar as suas emissões e para se adaptarem aos impactos das alterações climáticas."* Parte do financiamento terá origem no sector privado, mas será necessário um **financiamento público internacional adicional à Ajuda Pública ao Desenvolvimento.**

Para **Graça Carvalho**, é urgente definir **"a arquitectura deste sistema de financiamento, a origem e os montantes do financiamento de modo a assegurar um acordo em Copenhaga."** 



Parlamento Europeu aprova proposta de Nuno Teixeira

que permite a Portugal beneficiar do FEDER para sector da habitação em áreas desfavorecidas

A Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu aprovou um conjunto de **alterações propostas pelo Deputado Europeu do PSD, Nuno Teixeira**, ao **Regulamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)** que permitirão que **países como Portugal possam continuar a beneficiar de fundos do FEDER para apoio a comunidades mais desfavorecidas no sector da habitação**. Esta é uma matéria em que o Parlamento Europeu tem co-decisão, ou seja, tem poder legislativo.

As quatro alterações que o **Deputado europeu do PSD Nuno Teixeira**, propôs ao relatório aprovado na **Comissão de Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu** evitaram a abertura de um **perigoso precedente** que tinha como **objectivo excluir os antigos Estados-Membros**, nomeadamente Portugal, de uma nova possi-



bilidade de utilização do **Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional**.

Na sua intervenção, **Nuno Teixeira** lembrou *“que devemos evitar continuar a fazer uma separação na UE entre antigos e novos Estados-Membros”* e que *“**havia que eliminar este critério de exclusão geográfica da nova possibilidade de utilização do FEDER já que este podia constituir um precedente perigoso nas negociações dos Fundos Estruturais do quadro financeiro pós 2013.**”*

A **proposta inicial** da Comissão Europeia, sem qualquer contestação do Relator do Parlamento Europeu, previa que este **instrumento pudesse apenas ser utilizado** pelos Estados Membros que entraram na UE **depois de 2004**. Esta alteração vem **exactamente alargar o âmbito de aplicação deste novo Regulamento aos restantes Estados Membros**.

Nuno Teixeira defende RUP's no Parlamento Europeu

Bruxelas mantém a sua redução no imposto sobre o rum e licores da Madeira e Açores

O Eurodeputado madeirense **Nuno Teixeira**, responsável na família política do PPE pelo dossier do rum e dos licores da Madeira e dos Açores, manifestou **satisfação com a rápida aprovação pelo Parlamento Europeu desta medida que muito ajudará os produtores da região**.

Esta decisão aprovada em plenário por uma esmagadora maioria (579 votos a favor e 13 votos contra e 12 abstenções) permite **prolongar uma excepção concedida em 2002 que autoriza Portugal a reduzir o imposto** sobre o consumo aplicado ao

rum e licores produzidos e consumidos na Madeira e aos licores e aguardentes produzidos e consumidos nos **Açores**.

Nuno Teixeira, que tinha já conseguido o apoio unânime da sua Comissão Parlamentar neste dossier, viu confirmado este resultado com a votação de hoje tendo afirmado que *“**os produtores madeirenses de rum e licores enfrentam obstáculos permanentes relacionados com a sua situação geográfica ultra-periférica, insularidade, relevo e clima difíceis para além de trabalharem em explorações agrícolas de muito pequena superfície.**”*

O Eurodeputado madeirense insistiu, desde o início do processo, na urgência da adopção desta medida que tinha expirado no final de 2008 e que foi agora estendida até 31 de Dezembro de 2013 com efeitos a partir de 1 Janeiro de 2009.

Nuno Teixeira acrescentou ainda que *“**se os produtores deixassem de beneficiar desta redução de imposto teriam que aumentar consideravelmente os seus preços de venda o que condicionaria a sua actividade e consequentemente o emprego gerado por ela.**”*

Trabalhadores do sector têxtil são defendidos por José Manuel Fernandes e Maria da Graça Carvalho




Os Deputados do PSD questionaram a Comissão sobre a disparidade de contribuições de apoio a trabalhadores portugueses e espanhóis despedidos no sector têxtil.

Os Eurodeputados **José Manuel Fernandes e Maria Graça Carvalho** interpelaram a Comissão Europeia no sentido de **apurar a disparidade de valores concedidos pela Comissão aos trabalhadores portugueses e espanhóis, despedidos no sector têxtil**, relativamente às candidaturas apresentadas pelas autoridades portuguesas e espanholas ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização - FEG.

Na sua resposta, a Comissão explicou que o governo Português solicitou ao FEG um montante de 833 euros por cada trabalhador afectado pelo despedimento no sector têxtil enquanto para o mesmo sector a Espanha solicitou 3006 euros por cada trabalhador.

O montante de 803 euros por trabalhador resultou de uma candidatura apresentada, ao FEG por Portugal, para as NUTS II Norte e Centro. Nesta candidatura que abrange 49 empresas e 1726 trabalhadores despedidos só foram utilizados apoios para 1000 trabalhadores por parte do Estado português.

O FEG tem um montante de 500 milhões de euros para o corrente ano para todos os Estados Membros e até ao momento só foram utilizados cerca de 60 milhões, havendo ainda uma larga margem financeira para apoio a novas candidaturas.

Pode-se concluir que **a candidatura portuguesa foi pouco ambiciosa**. Espera-se que o Governo português utilize este fundo, lembrando-se, a larga disponibilidade financeira para o efeito e que no futuro seja solicitado um maior apoio por trabalhador por parte de Portugal. 

Caso Jornal Nacional da TVI chega ao Parlamento Europeu que debateu a liberdade de imprensa



Na Sessão Plenária do Parlamento Europeu, o Deputado Europeu do PSD e Vice-Presidente do PPE, **Mário David** participou no debate que teve lugar sobre a *"Liberdade de Imprensa na UE"* um caso trazido a debate pelos Deputados socialistas europeus após as mais recentes polémicas com o Primeiro Ministro Italiano Silvio Berlusconi.

Mário David pediu a palavra neste debate e questionou o Deputado italiano Sassoli que tinha assumido a palavra pelos Socialistas Europeus, dizendo:

"Em Portugal, a PRISA, empresa espanhola reconhecidamente apoiante do Partido Socialista e accionista maioritária do canal de televisão TVI, ordenou o silenciamento do jornal televisivo de sexta-feira à noite" e perguntou se o Grupo Socialista tem também *"a intenção de apurar as razões e as consequências deste abusivo procedimento e utilizar o mesmo procedimento que hoje aqui discutimos num caso, este sim, de flagrante violação da liberdade de imprensa?"*


Segundo o Deputado do PSD, *"não pode haver dois pesos e duas medidas, se querem discutir o caso Berlusconi então os socialistas europeus têm de aceitar que se discuta também o caso Jornal Nacional da TVI"*

Já em Estrasburgo e na sequência de uma emenda apresentada em conjunto com o

colega **Mário David**, o Deputado **Carlos Coelho** recordou que também que **os socialistas têm dois pesos e duas medidas na liberdade de informação**: *"Quando os socialistas europeus apresentam uma Resolução sobre a liberdade de informação em Itália confundem o Parlamento Europeu com o Parlamento italiano"*.

"Sobre a liberdade de informação os socialistas têm dois pesos e duas medidas"


Carlos Coelho afirmou que: *"A liberdade de informação e de expressão é um dos princípios básicos nos quais assenta a União Europeia e essencial em qualquer democracia. Também por isso não se deve banalizar este debate ou instrumentalizá-lo politicamente"*.

E apontou o dedo aos socialistas portugueses afirmando *"para eles não interessa a liberdade de informação na Europa mas apenas em Itália... curiosamente no mesmo dia em que se sabe que Portugal cai 14 pontos no ranking da liberdade de imprensa produzido pelos Repórteres sem Fronteiras"*. 

José Manuel Fernandes fiscaliza eleições em Moçambique

O eurodeputado do PSD, **José Manuel Fernandes**, integrou a **delegação do Parlamento Europeu** no âmbito da **Observação Eleitoral** da União Europeia para as **Eleições Presidenciais, Legislativas e assembleias provinciais, em Moçambique**.

José Manuel Fernandes esteve em Moçambique com o grupo de observadores de longo prazo, distribuídos por todo o país para observar os aspectos principais do período que antecede as eleições, o dia eleitoral e o processo de apuramento dos resultados.

O trabalho de observação é uma componente importante da política de promoção dos direitos humanos e democratização da União Europeia, em todo o mundo, cuja **Missão** é avaliar o processo eleitoral tendo em conta os princípios internacionais sobre eleições transparentes. 




Mário David eleito

Presidente da Delegação do Maxereque



Mário David foi eleito **Presidente da Delegação para as Relações com os países do Maxereque** (Egipto, Jordânia, Líbano e Síria).

A Delegação para as Relações com os países do Maxereque existe no Parlamento Europeu desde 1979, assumindo-se, na sua vertente externa, como um importante elemento de ligação com as instituições destes países, nomeadamente no que diz respeito à monitorização e acompanhamento da evolução dos diversos conflitos actualmente existentes no Médio Oriente. 


Segurança nos aeroportos: Carlos Coelho quer mais eficácia e menos incómodos para os passageiros

Em pergunta prioritária formulada à **Comissão Europeia**, **Carlos Coelho** interroga se estão previstas melhorias aos sistemas de controlo que **aumentem a eficácia e a segurança** e diminuam os **incómodos para os cidadãos**.

Em concreto **Carlos Coelho** quer saber se a Comissão já deu início ao processo de revisão das normas europeias que proíbem a introdução de certos líquidos na cabine dos aviões, nomeadamente no sentido de se encontrarem **ferramentas mais eficazes para**

a detecção de explosivos em líquidos, reduzindo em paralelo os efeitos negativos da legislação actualmente em vigor.

O Deputado social democrata recorda que em 2006 foi aprovado o Regulamento 1446 relativo ao estabelecimento de medidas de aplicação das normas de base comuns sobre a segurança da aviação. Este Regulamento regula a questão da introdução de líquidos em aeronaves, proibindo, nomeadamente, o transporte de líquidos com mais de 100ml na bagagem de mão.

Carlos Coelho sublinha que, **sob pena de generalizada rejeição social as medidas de segurança devem ser realistas e não desproporcionadas** e recorda que até hoje, ainda não foi provada a eficácia desta medida em questão, a que acresce o facto de que através dos controlos por equipamento de raios-X não é possível detectar a presença de explosivos em líquidos. Porém, acrescenta, **são notórios os custos e incómodos que esta medida acarreta para os passageiros** aéreos, bem como os custos acrescidos para os aeroportos e para os operadores. 

Patrão Neves foi eleita relatora da Política Comum de Pesca

Deputada do PSD responsável pelo Livro Verde da Reforma da Política Comum de Pesca



Maria do Céu Patrão Neves, foi nomeada relatora do Parlamento Europeu (PE) para o Livro Verde da Reforma da Política Comum de Pesca (PCP), lançado pela Comissão Europeia (CE).

Patrão Neves considera que *“este dossier é muito importante para o futuro da pesca portuguesa, uma vez que, constitui um primeiro passo para o tão esperado processo de reforma do sector da pesca na União Europeia (UE).”* À semelhança do que sucede com a Agricultura, também o sector das pescas é regulado na UE por uma política comum que *“urge ser revista e adaptada à realidade actual do sector”*.

O principal objectivo do Livro Verde, que se mantém aberto à apreciação pública até ao dia 31 de Dezembro de 2009, é *“incentivar um debate alargado a todos os protagonistas do sector público, esperando-se que daí resultem ideias e perspectivas importantes para o futuro do sector das pescas comunitário”*.

Na opinião de Patrão Neves, *“a Política Comum de Pesca padece de alguns constrangimentos que não foram debelados com a anterior reforma que teve lugar em 2002. A sobrecapacidade da frota, face à disponibilidade dos recur-*


sos, a falta de objectivos políticos precisos, a ausência de objectivos de médio e longo prazo, e a falta de poder e flexibilidade para a auto regulação das pescarias, são alguns dos principais problemas que afectam o sector.

Para Patrão Neves, é necessário *“melhorar a estrutura e gestão das frotas, apoiando os sub-sector das capturas e da aquacultura através da modernização dos equipamentos, capazes de tornar a fileira mais rentável e competitiva.”*

A Eurodeputada considera ainda *“ser vital para o sector repensar os actuais modelos de gestão para as pescas”* que, na opinião de Patrão Neves, *“se encontram desajustados*

à realidade actual desta actividade, nomeadamente, o sistema de TACs e quotas.”

Patrão Neves referiu ainda que *“o sector das pescas é responsável pelo sustento de várias famílias, sendo dinamizador fundamental da economia de várias regiões com significativo impacto social, pelo que deve ser acompanhado e apoiado com seriedade e empenho o que lamentavelmente nem sempre acontece.”*

A Eurodeputada considera que *“é bom para Portugal que o Relator do Parlamento Europeu deste documento seja português como garantia da presença dos nossos interesses no sector.”* 




Regime sancionatório para Copenhaga

aprovado na Comissão de Ambiente do PE por proposta de Eurodeputados do PSD



No documento relativo à posição do **Parlamento Europeu** nas negociações sobre as **alterações climáticas** em Copenhaga sob a égide das Nações Unidas, os **Eurodeputados do PSD, José Manuel Fernandes e Maria Graça Carvalho** propuseram a inclusão de um **regime sancionatório internacional para os países que não cumprirem as reduções de emissões de dióxido de carbono**. Essa proposta foi votada favoravelmente, por maioria, na **Comissão de Ambiente** do Parlamento Europeu.

A proposta aprovada, é inovadora porque pela **primeira vez uma instituição europeia assume** a exigência de um **sistema internacional de sanções**. Ao ser confirmada na Sessão Plenária de Novembro, esta opção irá **vincular o mandato do Parlamento Europeu durante os trabalhos em Copenhaga**. 



Paulo Rangel inaugura debates mensais no PE com o Presidente da Comissão Europeia


Dois portugueses - **Durão Barroso e Paulo Rangel** - inauguraram o **primeiro debate de perguntas e respostas ao Presidente da Comissão Europeia**.

Este novo momento de debate nasce de uma proposta do próprio **Durão Barroso** ao Parlamento Europeu que teve como objectivo aumentar a transparência e a proximidade entre a Comissão e o Parlamento Europeu.

O eurodeputado Vice-Presidente do Grupo do Partido Popular Europeu, **Paulo Rangel**, foi o primeiro Eurodeputado a questionar o

Presidente da Comissão Europeia na sessão que inaugurou os **debates mensais do Parlamento Europeu**.

Trata-se de uma nova figura regimental **"Question Hour to the President of the Commission"**. O tempo de palavra para cada pergunta e resposta é de um minuto. Há direito a uma réplica de 30 segundos.

A questão colocada por **Paulo Rangel** foi relativa à ratificação e **entrada em vigor do Tratado de Lisboa** e o **processo de transição** entre Tratados, Nice e Lisboa. 

José Manuel Fernandes impõe Orçamento de Base Zero ao PE



O **Deputado Europeu do PSD, José Manuel Fernandes**, Membro efectivo da Comissão do Orçamento do Parlamento Europeu (PE) foi o **Relator do PPE para o Orçamento do Parlamento Europeu** (1.600 milhões de euros) que, tal como o Orçamento geral da UE (120 mil milhões de euros), já foi aprovado em 1ª leitura pelo PE.

Durante a negociação destes Relatórios o Deputado do PSD propôs que se deveria fazer um **orçamento base zero** no início de cada legislatura, ou quando haja uma mudança importante das circunstâncias, como é o caso da **implementação do Tratado de Lisboa**, pois, segundo **José Manuel Fernandes**, esse processo *“base zero”* **“aumenta a transparência e a eficiência e reduz o desperísimo.”**

Esta é a **primeira vez que uma instituição europeia adopta um orçamento Base Zero.**

Das emendas apresentadas pelo Deputado do PSD, destaca-se ainda a aprovação de uma proposta que obriga a **monitorizar os resultados das despesas variáveis** nomeadamente das despesas que dizem respeito à política de comunicação do Parlamento Europeu que, segundo o Deputado do PSD, *“não tem tido o sucesso devido, como aliás demonstra a elevada abstenção nas últimas eleições europeias face ao montante investido pelo PE”*.

Mário David propõe disciplina de Estudos Europeus no final do ensino Secundário



O **Deputado Europeu Mário David** participou no debate que teve lugar no PE sobre o *“Referendo na Irlanda”* onde **propôs a criação de uma disciplina de Estudos Europeus no final do Ensino Secundário.**

Na sua intervenção, o Eurodeputado português lembrou que em todo este processo *“ficou bem patente a necessidade de aproximar muito mais a União Europeia dos seus cidadãos. São eles, somos todos nós, os destinatários principais de toda a acção da União.”* Na sua opinião é fundamental que *“todos estejam conscientes do impacto e benefícios que a Europa tem diariamente nas nossas vidas.”*

Segundo **Mário David**, a Europa é *“o nosso espaço vital. O que é bom para a Europa é bom para cada Estado Membro, é bom para*

os seus cidadãos. É seguramente o caso do Tratado de Lisboa.”

De seguida, o Eurodeputado português, dirigindo-se ao Presidente Buzek, fez ao Plenário uma proposta concreta dirigida às futuras gerações: *“considerando o deficit de informação sobre os valores, as competências, objectivos e modo de funcionamento da União Europeia, o Parlamento Europeu deveria propor, no fim da escolaridade obrigatória em cada Estado Membro, uma nova disciplina de **Estudos Europeus de carácter obrigatório**”*, afirmou **Mário David.**

Para o Vice-Presidente do PPE, desta forma objectiva, verdadeira e concreta *“os jovens europeus ficarão a saber efectivamente os nossos princípios, quem somos, o que fazemos e para onde queremos ir”*.

Paulo Rangel juntou o Primeiro-Ministro da Letónia e Jovens Deputados dos 27, no Porto

Deputados e eurodeputados com menos de 36 anos - representantes dos 27 países da União Europeia estiveram no Porto na IV Reunião dos Jovens Parlamentares da União Europeia do PPE (EPP Young Members Network)

O Vice-Presidente do Grupo PPE e Deputado ao Parlamento Europeu, Paulo Rangel, foi o anfitrião deste evento, e convidou o Primeiro-Ministro da Letónia, Valdis Dombrovskis, para um jantar debate sobre os desafios que se apresentam para a retoma económica europeia.

Dombrovskis foi Deputado europeu e um dos fundadores do Young Members Network.

Os trabalhos da reunião decorreram no Palácio da Bolsa e a sessão de abertura teve uma intervenção do Vice-Presidente do Grupo PPE, Paulo Rangel sobre o "Parlamentarismo na Europa: novas formas de colaboração após a ratificação do Tratado de Lisboa."

Do programa destacamos ainda as participações do Presidente da Câmara Municipal do Porto, Dr. Rui Rio e do Presidente da Fundação de Serralves, Dr. António Gomes de Pinho.



Neste encontro participaram também jovens Deputados portugueses da Assembleia da República, do PSD e do CDS/PP.

Paulo Rangel, responsável pelos Parla-mentos Nacionais na Direcção do PPE, a maior família política europeia, lembra que a "a principal finalidade desta rede jovem é criar laços de conhecimento e de afinidade social entre aqueles que, dentro de 10 ou 20 anos, serão os principais quadros e líderes dos partidos europeus. É muito importante que se crie desde já uma solidariedade e amizade entre aqueles que são o PPE de amanhã. Lembremos que o actual primeiro-ministro sueco e actual presidente do Conselho Europeu foi presidente do YEPP (a juventude do PPE) e que o actual primeiro-ministro da Letónia fez parte da rede de jovens parlamentares."

Para Paulo Rangel, o Tratado de Lisboa vem "reforçar (e reforçar muito) o interesse e a utilidade - eu diria mesmo, a necessidade - destes nossos encontros. Na verdade, o chamado Tratado Reformador revoluciona as relações entre a União Europeia e os parlamentos nacionais e, em especial, entre o nosso parlamento - o Parlamento Europeu - e os parlamentos nacionais."

Segundo Paulo Rangel, "O objectivo principal destes encontros é fazer com que o PPE e os partidos nacionais do PPE antecipem a dinâmica e a cooperação prevista no quadro de Lisboa. Ou seja, quando o Tratado entrar em vigor - assim que se ultrapasse o impasse checo - nós, partidos do PPE e o próprio PPE, já devemos estar numa 'velocidade-cruzeiro'. Como se diz na Fórmula 1, já devemos ter completado a 'volta de aquecimento' e já devemos estar na 'pole position' da grelha de partida." 